



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Classe Social, Gênero, Raça, Etnia e Diversidade Sexual

Migração feminina venezuelana no Brasil e a Teoria da Reprodução Social

Andrea de Mello Cintra¹

Resumo: O artigo em questão propõe contribuir com a discussão sobre o situação das meninas e mulheres no fluxo migratório venezuelano residente no Brasil, sob a ótica da Teoria da Reprodução Social (TRS). Esta teoria examina como as formações sociais patriarcais e capitalistas são perpetuadas através das relações de poder, influenciando as relações de vida e trabalho das pessoas na sociedade. Destaca-se a relevância das dinâmicas relacionadas gênero, raça e classe na divisão social e sexual trabalho inerentes a exploração dentro do sistema capitalista, às quais as mulheres migrantes do Sul Global estão perversamente sujeitas. O debate gira em torno de cinco entrevistas semiestruturadas realizadas em 2022 com mulheres venezuelanas que residem em solo brasileiro há pelo menos seis meses, buscando compreender suas experiências enquanto migrantes e/ou refugiadas.

Palavras-chave: Migrações femininas; Venezuela; Teoria da Reprodução Social; Divisão Sexual do Trabalho.

Female Venezuelan migration in Brazil and the Theory of Social Reproduction

Abstract: The essay aims to contribute to the discussion about the situation of women and girls in the Venezuelan migratory flow residing in Brazil, from the perspective of the Theory of Social Reproduction (SRT). This theory examines how patriarchal and capitalist social formations are perpetuated through power relations, influencing the life and work relationships of people in society. The relevance of dynamics related to gender, race and class in the social and sexual division of work and of the labour force inherent to the capitalist system in the exploitation within the capitalist system is highlighted, to which migrant women from the Global South are perversely subjected. The study was based on five semi-structured interviews carried out in 2022 with Venezuelan women who have resided in the country for at least six months, seeking to understand their experiences as migrants and/or refugees.

Keywords: Female migrations; Venezuela; Social Reproduction Theory; Sexual Division of Labour.

1 Introdução

As migrações femininas internacionais permanecem como um tema de estudo ainda não amplamente difundido e explorado nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais (MOROKVASIC, 2005), apesar de estarem gradualmente recebendo mais atenção nos debates recentes, devido ao aumento de sua presença nos fluxos migratórios e a emergência de debates feministas na academia. Mirjana Morokvasic (2005), destaca que essa maior atenção se deve ao androcentrismo histórico que permeiam as bases teóricas que subsidiam essas disciplinas, retratando o migrante como um ser “universal”, ou seja, homogeneizando e escondendo suas particularidades,

¹ Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – campus de Franca. Email: andrea.cintra@unesp.br

além de generalizar suas especificidades. Segundo Abdelmalek Sayad (1999) o estereótipo da pessoa migrante pode ser traduzido da seguinte forma: um homem cisgênero oriundo de um país pobre (pela ótica capitalista), frequentemente solteiro (ou separado de seu núcleo familiar), que apresenta baixa escolarização, que migra em busca de oportunidades de trabalho e condições de vida melhores, e que geralmente envia remessas financeiras para sua terra natal. No entanto, é essencial adotar uma abordagem levando em consideração a perspectiva de gênero, dado que as migrações femininas compreendem aproximadamente metade dos deslocamentos transfronteiriços no século XXI (HADDAD, 2008).

Vale ressaltar que o perfil do migrante, conforme descrito anteriormente, atravessa mudanças significativas no quadro do processo histórico da realidade social, com famílias optando cada vez mais por migrar em conjunto. Isso se deve a uma série de fatores, incluindo a alteração das causas aos deslocamentos transfronteiriços, como crises econômicas e humanitárias, que geram violações de direitos humanos e culminam em guerras e conflitos armados, levando famílias a se deslocarem em conjunto. Assim sendo, o volume de migrações entre os países do chamado Sul Global, ou seja, países que não são desenvolvidos a partir da lógica capitalista e apresentam um alto volume de concentração de renda e baixo desenvolvimento socioeconômico, deve-se às severas restrições migratórias impostas pelos países do Norte, à proximidade geográfica e cultural entre os países fronteiriços, bem como a outros fatores econômicos e sociais (HADDAD, 2008).

Desde meados da década de 2010, um grande fluxo de venezuelanos têm migrado para outros países, impulsionado pela crise econômica, política e humanitária que assola a Venezuela (BBC, 2018). Diversos fatores contribuem para esse êxodo em massa. A crise petrolífera de 2013/2014 e o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos levaram a um estrangulamento da economia e uma queda drástica na qualidade de vida de milhares de venezuelanos. O desabastecimento de bens de consumo e serviços básicos, a hiperinflação e o desemprego generalizado são apenas algumas das consequências desse cenário, que afeta atualmente cerca de 80% das famílias, colocando-as em situação de pobreza ou extrema pobreza (LEITE; DE ARAÚJO CASTRO, 2021). Os países da América Latina têm sido os principais destinos desses

migrantes, com o Brasil se destacando como um dos mais procurados (LEITE; DE ARAÚJO CASTRO, 2021).

Dentro do fluxo de pessoas venezuelanas no Brasil, destaca-se que, aproximadamente, metade do número absoluto são de meninas e mulheres, acompanhadas ou não por seus respectivos núcleos familiares (JUNGER et al, 2022). Mulheres venezuelanas que migram para o Brasil enfrentam diversos desafios, incluindo barreiras linguísticas, xenofobia, racismo, exploração sexual e de gênero, baixa oferta de trabalho e geração de renda regulamentada, pouco acesso e/ou conhecimento sobre direitos trabalhistas, falta de redes de apoio social e conhecimento sobre seus direitos no país, entre outros fatores (LEITE; DE ARAÚJO CASTRO, 2021). Muitas vezes, têm acesso limitado às necessidades básicas e sofrem violações de direitos humanos, sujeitando-se a condições precárias para sobreviver (LEMOS; RONCATO, 2023). A precarização das relações de trabalho e a falta de proteção das leis trabalhistas aumentam ainda mais sua vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de revisão das políticas públicas e migratórias para ampliar seus direitos e fortalecer a proteção dos direitos humanos.

Dentro do recorte mencionado acima, o objetivo geral deste artigo é relacionar a migração feminina venezuelana no Brasil com a Teoria da Reprodução Social (TRS), através da análise de 5 entrevistas semi estruturadas feitas com mulheres venezuelanas que residiam no Brasil em 2022. Marx (2013) afirmava que, no sistema capitalista, a reprodução social ocorre principalmente através da produção e circulação de mercadorias. Nesse contexto, os meios de produção são apropriados privadamente pela classe dominante, representada pela burguesia enquanto os trabalhadores são compelidos a vender sua força de trabalho remunerada (sobretudo através de salários), e depreciada na exploração pela mais valia e na opressão. Isso perpetua a divisão entre capital e trabalho, mantendo a questão social e suas refrações expressas nas desigualdades econômicas e sociais, uma vez que o capitalismo se sustenta através de tais desigualdades. Além disso, Marx (2013) enfatizava o papel da ideologia na reprodução social, argumentando que os capitalistas promovem ideias e reproduzem ideologias que legitimam a exploração da classe trabalhadora. Em outras palavras, para Marx, a reprodução social está diretamente ligada à manutenção do poder da classe capitalista sobre os trabalhadores (MARX, 2013).

É relevante destacar que os fundamentos abordados neste artigo têm origem nos debates do chamado feminismo marxista, com ênfase nas obras das autoras Lise Vogel, Silvia Federici, Cinzia Arruzza e Tithi Battcharaya. De acordo com essas teóricas, a Teoria da Reprodução Social (TRS) não apenas contempla a esfera da produção econômica, mas também abrange as atividades de cuidado, reprodução e manutenção da vida, que são fundamentais para sustentar a força de trabalho e a estrutura social (ARRUZZA, 2017) articuladas dialeticamente. Esses conceitos suscitam reflexões sobre a necessidade de garantir que os corpos dos trabalhadores estejam saudáveis e aptos para o trabalho, além de serem disciplinados pelo consenso ideológico ou a coerção autoritária. A esfera do cuidado, inclusive através da Divisão Sexual do Trabalho, delinea uma divisão binária e biológica das tarefas consideradas femininas e masculinas, o que resulta na responsabilidade dos homens pela produção de capital e das mulheres pela reprodução social (ARRUZZA, 2017). Importante pontuar que a Divisão Sexual do Trabalho não é a causa das opressões, mas sim a expressão delas (LEMOS; RONCATO, 2023).

As estruturas em que se encontram as mulheres venezuelanas em território brasileiro frequentemente as relegam a empregos precários, desprovidos de proteção trabalhista e mal remunerados, colocando-as em situações mais vulneráveis à exploração e ao assédio sexual e demais expressões da misoginia e do machismo ancorados no patriarcado e intensificados no modo de produção capitalista. Além disso, enfrentam desafios para acessar serviços básicos e para obter informações sobre a legislação brasileira, seus direitos e deveres, o que será evidenciado pelas entrevistas realizadas e dados estatísticos sobre essa população no Brasil. Nesse contexto, como aponta Alves (2018), a migração de mulheres que desempenham trabalho reprodutivo, ou do “mundo dos cuidados” tornou-se uma necessidade no contexto do capitalismo neoliberal. Este sistema busca a redução do papel do Estado, especialmente nas áreas de políticas públicas e sociais, transferindo a responsabilidade pelo cuidado para as mulheres, especialmente aquelas em situação de pobreza e marginalização racial (ALVES, 2018). Tal dinâmica, como pretende-se debater ao longo deste artigo, é também refletida no contexto das migrações no Sul Global.

2. Migrações venezuelanas femininas no Brasil e a Teoria da Reprodução Social:

Como abordado na Introdução, o perfil da pessoa migrante vem tomando novos contornos desde o início do século com o despontar de novos conflitos e dinâmicas dentro do Sistema Internacional (HADDAD, 2008). Estima-se que ao menos 50% dos deslocamentos seja composto por meninas e mulheres e os maiores fluxos atuais se dão entre os países do Sul Global, no que será denominado neste artigo como migrações Sul/Sul (HADDAD, 2008).

O papel desempenhado por meninas e mulheres nos movimentos migratórios internacionais muitas vezes é subestimado, sendo comumente visto como acompanhantes familiares, com pouco ou nenhum poder de decisão sobre a mudança ou, como um desdobramento dos deslocamentos masculinos (MOROKVASIC, 2005). Muitas vezes, a migração é uma escolha não apenas por razões econômicas, mas também como uma forma de escapar de sociedades e relações que as colocam em situações de submissão e opressão (MOROKVASIC, 2005), como uma estratégia para superar esses desafios. Por fim, cabe ressaltar que frequentemente, mulheres migrantes provenientes do Sul Global acabam assumindo empregos de baixa remuneração, lidando com problemas de documentação irregular e falta de proteção trabalhista.

Desta forma, analisar os movimentos migratórios sob uma perspectiva de gênero não apenas inclui as mulheres nas teorias acadêmicas como protagonistas, mas também dá ênfase às suas experiências individuais como elementos cruciais nas relações sociais, políticas e culturais, concedendo-lhes o protagonismo frequentemente negado nas disciplinas das ciências sociais e Relações Internacionais (HADDAD, 2008).

Desde meados da década de 2010, como brevemente citado na introdução, o Brasil tem recebido um grande fluxo de venezuelanos devido à crise econômica, política e humanitária que assola o país (BBC, 2018). Estima-se que, em 2023, houve aproximadamente 425 mil venezuelanos no Brasil, com a maioria ingressando através da fronteira terrestre entre os dois países, em Roraima. Quase metade desse total corresponde a mulheres, com uma porcentagem expressiva de jovens e adultas, até 59 anos de idade (JUNGER et al, 2022).

De acordo com a sétima edição do relatório Refúgio em Números, divulgado em 2022, há uma equiparação numérica entre homens e mulheres venezuelanos que buscam refúgio no Brasil, destacando que o retrato dos deslocados não pode mais ser limitado a homens buscando oportunidades de trabalho, mas sim a uma presença significativa de mulheres, sozinhas ou acompanhadas de suas famílias. Isso aponta para a necessidade de revisão das políticas públicas e migratórias, visando ampliar os direitos e fortalecer a proteção dos direitos humanos dessa população (CINTRA, 2023).

As mulheres venezuelanas residentes no Brasil enfrentam uma grande gama de desafios, que vão desde obstáculos linguísticos até xenofobia, racismo e exploração sexual e de gênero. Elas também lidam com a falta de redes de apoio social, dificuldades de acesso aos serviços básicos e desconhecimento de seus direitos no país hospedeiro. Ademais, enfrentam violência cultural e religiosa, pobreza, escassez de oportunidades de emprego, hipersexualização e condições de trabalho insalubres, chegando até mesmo a situações de trabalho análogo à escravidão, entre outros desafios (LEMONS; RONCATO, 2023).

Dentro do contexto das migrações, Sayad (1999) observa um paradoxo na migração laboral: embora haja demanda por trabalhadores migrantes, especialmente para trabalhos braçais superexplorados e precarizados, a sociedade receptora muitas vezes os rejeita, manifestando sentimentos de violência e xenofobia. Esses episódios, segundo Sayad (1999), tornam-se recorrentes, exigindo que o migrante se adapte a eles. Além disso, essas mulheres frequentemente têm acesso limitado a necessidades humanas básicas e sofrem com a negligência de seus direitos humanos por parte do Estado, sujeitando-se a condições de vida precárias (ALVES, 2018). A lógica neoliberal acentua ainda mais as desigualdades laborais ao precarizar as relações de trabalho e ao enfraquecer a proteção oferecida pelas leis trabalhistas, aumentando assim a vulnerabilidade dessas mulheres.

Durante o segundo semestre do ano de 2022 foram realizadas 5 entrevistas semi estruturadas com mulheres venezuelanas, maiores de 18 anos que viviam em solo brasileiro a pelo menos 6 meses, de forma online, através da plataforma Google Meet. Todas elas eram beneficiárias dos projetos e serviços prestados pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo - CASP, organização onde atuei entre os anos de 2019 e 2022. O intuito das entrevistas consistia em escutar e analisar a partir de suas vivências

e pontos de vista, sobre a sua inserção social na capital paulista e qual o impacto ou ausência das políticas públicas já existentes no sucesso ou não no processo de inserção social na cidade. O tema era devido ao projeto de pesquisa do mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas em andamento no período. Antes de adentrar na descrição de cada uma das entrevistas, acredita-se que seja fundamental o aprofundamento sobre a teoria da reprodução social através do viés do chamado feminismo marxista para que a análise sobre as migrações femininas no Sul Global, em especial acerca do fluxo de venezuelanas no Brasil seja possível.

De acordo com Cinzia Arruzza e Tithi Battacharya (2023), a Teoria da Reprodução Social (TRS) busca uma análise abrangente da opressão nas relações capitalistas, especialmente em relação ao gênero. A reprodução social engloba a manutenção física dos corpos da classe trabalhadora, garantindo que estejam aptos para a exploração da sua força de trabalho e extração de mais valia trabalho. Silvia Federici, em sua obra "O Calibã e a Bruxa" (2021), traça um panorama histórico da concepção de família, que surgiu durante a Revolução Industrial, quando a burguesia exigia mão de obra saudável e produtiva para exercer o trabalho nas fábricas. A família era então composta por um casal cisgênero e heterossexual e seus filhos, onde a mulher realiza o trabalho de cuidado, que inclui tarefas domésticas, cuidado de crianças e idosos, entre outros (FEDERICI, 2021). Desta forma, acumulado e elevando a potência destrutiva do já perverso machismo, sexismo e misoginia existentes desde formações anteriores ao pensamento marxista, recai a responsabilidade pela reprodução biológica da espécie e pela manutenção da força de trabalho, bem como pelos cuidados (FEDERICI, 2021).

A noção de Divisão Sexual do Trabalho baseada no viés binário entre homens e mulheres, incorpora também a dimensão racial. Esta dinâmica ganha relevância à medida que as mulheres brancas adentraram o mercado de trabalho, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (FEDERICI, 2021). A Teoria da Reprodução Social (TRS) busca analisar e fomentar um debate sobre as complexas interações sociais que definem o que é considerado "feminino", impondo padrões naturalizadas em relação à maternidade, gestação, cuidados e parto (ARRUZZA, 2016). Além disso, a teoria aprofunda como as mulheres trabalhadoras são compelidas a se inserir no mercado laboral dominado pelas bases desta divisão social e sexual do trabalho, para garantir a

subsistência de suas famílias, ao mesmo tempo em que assumem as responsabilidades domésticas, frequentemente invisibilizadas, perpetuando sua dependência financeira e marginalização social. O trabalho assalariado e os afazeres domésticos contribuem para a essência do controle e da dominação de controle e dominação sobre seus corpos (ARRUZZA, 2016).

Em sua obra, Federici (2020) aborda o controle do trabalho reprodutivo das mulheres, identificado pela autora como um dos pilares centrais do capitalismo, conceituado como o "Patriarcado do Salário". Este conceito não contempla somente a exploração econômica e também abrange a exploração econômica das mulheres, mas também abrange o controle sobre seus corpos, reprodução, capacidades reprodutivas e sexualidades, todos fundamentais para a reprodução do sistema capitalista. Silvia Federici (2020) e Lise Vogel (2022) destacam a importância do trabalho reprodutivo, que engloba cuidados com a casa, filhos, idosos e outros membros da família, muitas vezes realizado de forma não assalariada ou precarizada quando terceirizado. Embora comumente não gere um salário digno e seja fruto de opressões e exclusões para mulheres da classe trabalhadora pobres e racializadas, esse trabalho é indispensável para a acumulação primitiva de capital (VOGEL, 2022). Sem o trabalho de manutenção e cuidados com a vida, o trabalhador ou trabalhadora não está apto para vender a sua mais-valia.

As hierarquias criadas pela exploração do trabalho - entre homens e mulheres, brancos e negros, cisgêneros e transgêneros, cidadãos locais e migrantes, etc. - dividem e dominam eficientemente a classe trabalhadora, utilizando salários e leis trabalhistas (ou a falta delas) para mantê-los disciplinados e criar um "exército industrial de reserva" de pessoas "aptas" a serem exploradas em empregos insalubres e degradantes (MARX, 2013). A desigualdade salarial entre homens e mulheres também estabelece hierarquias nos lares, onde as mulheres, muitas vezes assalariadas ou recebendo menos, têm menos poder e estão mais sujeitas a relações abusivas, assédio moral ou sexual, criando assimetrias de poder na força de trabalho (FEDERICI, 2020).

Apesar da entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e com o avanço do feminismo liberal, a responsabilidade pelo cuidado com o lar e a família continua a ser majoritariamente das mulheres, sendo muitas vezes terceirizado. O Estado neoliberal, por sua vez, não

oferece adequadamente serviços como creches flexíveis, apoio para idosos ou pessoas com deficiência, ou uma oferta satisfatória de saúde pública, deixando essas responsabilidades sob a esfera "privada" da família. Como resultado, o trabalho de cuidado, quando remunerado, é altamente precarizado e perpetua desigualdades de raça, classe, nacionalidade e status migratório, como será explorado nos relatos das entrevistas semi-estruturadas com venezuelanas residentes no Brasil.

Após a breve apresentação acerca dos debates e conceitos que serão utilizados nas análises das entrevistas, chega o momento da apresentação das entrevistas e das entrevistadas: Clara, Cintia, Karine, Flávia e Ariane, cujos relatos serão brevemente resumidos abaixo. Foram criados pseudônimos para cada uma das entrevistadas, de forma a garantir que seus relatos sejam sigilosos e não seja possível a sua identificação. Um ponto importante a ser destacado é de que o objetivo no qual as entrevistas foram feitas era para analisar e debater a adequação e suficiência da Política Municipal de Imigrantes da cidade de São Paulo. Contudo, os relatos, em vários momentos, denotam como os elementos da TRS se relacionam com as suas vivências enquanto pessoas migrantes do Sul Global.

Clara, a primeira entrevistada, chegou ao Brasil em 2017, vindo da Venezuela por via terrestre, mas logo se mudou para São Paulo, onde seu marido já havia se morava há alguns meses. Ambos possuem diploma universitário venezuelano e desfrutavam de uma boa qualidade de vida em seu país de origem. Segundo a entrevistada, a crise econômica e questões políticas os levaram a decidir sair da Venezuela, devido à escassez de alimentos, perseguição política e ameaças à vida. Em São Paulo, Clara considera ter uma “vida digna”, apesar dos desafios de encontrar emprego formal, enfrentar as expressões de xenofobia e racismo, lidar com a inflação e como comprar bens de insumo básicos. Ela é a principal provedora financeira de sua família, auxiliando parentes na Venezuela. Atuou profissionalmente em vários ramos e nenhum deles é correlato com seu diploma de ensino superior e com o que trabalhava anteriormente.

Cíntia, a segunda entrevistada, chegou ao Brasil em 2019, seguindo seu companheiro que anteriormente havia solicitado refúgio em outro país da América Central. No entanto, as condições de vida lá não eram adequadas, levando-os a escolher São Paulo após uma pesquisa cuidadosa. A queda na qualidade de vida, desemprego e e

crítica ao governo foram os motivos principais de seu deslocamento. Ela relata ter enfrentado xenofobia e machismo em situações de busca por emprego. Atualmente trabalha como artesã e microempreendedora, porém sua profissão, assim como Clara, não tem relação com o seu diploma de graduação e experiências profissionais anteriores. Suas principais dificuldades como mulher refugiada, são: dificuldades na matrícula de escolas para seus filhos, adaptação à rotina da jornada de trabalho e cuidado com as crianças, aprendizado da língua portuguesa, se sentir parte socialmente da comunidade onde vive, ausência de convivência e vínculos comunitários, além de relatar casos onde sofreu com xenofobia e misoginia. Apesar das dificuldades, ela vê um futuro no Brasil para si e sua família.

Karine, a terceira entrevistada, chegou ao Brasil durante a pandemia, em 2021. Ela descreve a queda na qualidade de vida de sua família, destacando os anos de bonança durante o governo de Hugo Chávez na Venezuela. Atualmente, mora com parte de sua família em São Paulo, enquanto outros parentes estão na Venezuela ou no Peru. Suas principais dificuldades como mulher refugiada incluem a regularização documental, dificuldade em encontrar trabalho em sua área de formação, concorrência no mercado de trabalho, trabalho informal precarizado e sem registro na CLT, e desafios para revalidar seu diploma universitário no Brasil. Atua como empregada doméstica, o que também não tem relação com suas atividades anteriores na Venezuela. Em alguns momentos da entrevista, ela relatou situações de xenofobia e racismo sofridas no aspecto laboral, conjuntamente com os baixos salários e falta de proteção trabalhista e social.

Flávia, a quarta entrevistada, chegou ao Brasil sozinha em 2019, deixando sua família na Venezuela. Estudava Ciências Sociais em Caracas, mas teve que interromper seus estudos devido à situação econômica e familiar. Além das dificuldades financeiras, ela critica o governo de Nicolás Maduro, destacando questões autoritárias e a busca por uma vida mais digna e oportunidades de estudo como motivos para sua migração. No Brasil, trabalha como empregada doméstica na zona oeste de São Paulo, sem carteira assinada, embora seu sonho fosse ser professora de Sociologia. Ela enfrenta obstáculos para revalidar seus estudos e entrar em universidades brasileiras devido à complexidade e custos do processo. Flávia destaca a dificuldade de acesso a serviços e oportunidades para mulheres migrantes no Brasil, declarando-se sentir invisibilizada e discriminada.

Das mulheres entrevistadas ela é a única que não veio com seu grupo familiar e não possui filhos. Tais temas, por consequência, não são citados em sua entrevista.

Ariane, a última entrevistada, chegou ao Brasil com sua família em 2020, atravessando a fronteira entre os dois países através de caminhos informais, enfrentando uma jornada difícil. Ela relata que deixou a Venezuela devido à falta de alimentos, medicamentos e emprego, e afirma ter vindo para o Brasil contra a sua vontade, por seu marido e filho, onde moram atualmente em uma pequena casa na periferia de São Paulo. Ariane enfrenta desafios de acesso a serviços e regularização documental no Brasil, acesso às políticas de transferência de renda, enfrentando dificuldades no sistema de saúde e burocracia para obter documentos de identificação, entre outros fatores. Ela relata ter sido discriminada por ser venezuelana. Seus filhos trabalham na construção civil, embora não tenham concluído os estudos, e ela expressa preocupação com os preços altos dos alimentos e a insegurança alimentar em casa em algumas ocasiões.

Das cinco mulheres entrevistadas, quatro delas trouxeram consigo seu núcleo familiar, incluindo cônjuge e filhos, enquanto uma, Flávia, veio sem sua família. Essas mulheres destacam a importância do bem-estar de suas famílias e dedicam-se ativamente ao trabalho de cuidado com elas, como evidenciado nas entrevistas. Cíntia, por exemplo, enfatiza que acredita ser o papel da mulher cuidar do lar e da família. Quatro das entrevistadas - Clara, Cíntia, Karine e Flávia - possuem algum nível de educação superior, embora incompleto, e expressam ter desfrutado de uma boa qualidade de vida na Venezuela. É importante notar que nenhuma das entrevistadas trabalha no Brasil na mesma área em que trabalhava anteriormente, independentemente de estar relacionada aos seus estudos ou não. Além disso, nenhuma delas possui um emprego regido pela CLT. Karine e Flávia atuam como empregadas domésticas ou auxiliares de limpeza, enquanto Ariane dedica-se ao trabalho doméstico em seu próprio lar. As outras duas entrevistadas já trabalharam no campo dos cuidados enquanto estavam no Brasil.

As entrevistas ressaltam as dificuldades de integração na sociedade brasileira, além de relatos de xenofobia, discriminação e misoginia ao longo de suas jornadas. Encontrar empregos qualificados e bem remunerados também se mostrou desafiador, especialmente devido à lentidão e burocracia na revalidação de diplomas, ao invés de

fatores como a crise econômica ou o racismo e xenofobia no Brasil. Outro aspecto relevante foi a responsabilidade exclusiva pelo cuidado de suas famílias, sem mencionar o compartilhamento dessa responsabilidade com familiares ou cônjuges.

Tais divisões fazem parte da lógica desumanizante da acumulação capitalista. Isso pode ser visto nas entrevistas, onde todas as mulheres comentam sobre suas vidas em seu país de origem e em como observaram a qualidade de vida que elas e suas famílias possuíam cair drasticamente, até o ponto onde a sua sobrevivência no local se tornou impossível, obrigando-as a saírem de lá e a se submeterem a situações complexas no território brasileiro. Todas também mencionam em algum momento de suas entrevistas que sofreram diversas violências tais como machismo, xenofobia e racismo no Brasil.

Sayad (1999) observa que as hostilidades contra migrantes são lamentavelmente comuns e tendem a ser normalizadas. Lemos e Roncato (2023) destacam que tais atitudes discriminatórias são essenciais para a perpetuação da marginalização tanto das mulheres quanto dos migrantes oriundos do Sul Global. Essa realidade se reflete na disparidade de oportunidades de emprego, na prevalência de condições precárias e na informalidade inerente aos cargos que ocupam, bem como na discrepância salarial e nas barreiras encontradas no acesso aos serviços e políticas de proteção social e moradia. O Estado, influenciado pela classe dominante que controla e se apropria dos meios de produção, exerce um papel significativo nas relações produtivas, moldado por contextos históricos, como o imperialismo e a concentração econômica neoliberal. Estes elementos agem como impulsionadores da lógica capitalista dentro do paradigma neoliberal, contribuindo para a desumanização dos trabalhadores, transformando-os em mão de obra precarizada, conveniente para os interesses do sistema. Consequentemente, as mulheres migrantes são relegadas a uma categoria de indivíduos "amorfos e descartáveis" (LEMOS; RONCATO,2023). Esses fatores todos contribuem para a manutenção das estruturas sociais laborais, consolidando o modo de produção e amortecendo as tensões da luta de classes, que residem na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

A luta de classes é o motor principal do progresso social e constitui a base histórica do pensamento materialista histórico dialético. Dentro do sistema capitalista, não há incentivo para uma mudança radical na ordem social existente, seja através das

relações de gênero ou do imperialismo, já que isso poderia interferir significativamente na acumulação inicial de capital (VOGEL, 2022).

A Teoria da Reprodução Social postula que as relações sociais são perpetuadas e mantidas por meio das dinâmicas de poder, enraizadas na economia política e naturalizadas pelas estruturas sociais, manifestando-se de forma arraigada no cotidiano. Na experiência das mulheres migrantes venezuelanas no Brasil, essa dinâmica se evidencia: todas as cinco entrevistadas, em algum momento, trabalharam ou ainda trabalham em serviços domésticos, sem garantias dos direitos trabalhistas. Além disso, assumem a responsabilidade pela manutenção do lar, pelos cuidados com a família e pelos filhos e parentes.

Por fim, cabe pontuar que as estruturas patriarcais e conseqüentemente capitalistas exercem uma influência significativa sobre as condições de vida e trabalho destas mulheres, onde são relegadas a empregos precários e mal remunerados. Além disso, historicamente, mulheres tendem a ser mais suscetíveis a exploração e assédio sexual. Sayad (1999) argumenta que o sistema capitalista busca maximizar o lucro a qualquer custo, resultando na exploração e opressão da mão de obra migrante, que não raro, não conta com proteção legal e não tem acesso à direitos fundamentais. Mulheres venezuelanas em solo brasileiro, ao analisarmos o conteúdo das entrevistas com a TRS, enfrentam uma intersecção complexa entre os fatores que as vulnerabilizam, perpetuando desigualdades e injustiças (CINTRA, 2023).

3. Considerações finais

Através dos relatos colhidos nas entrevistas, as vivências de mulheres venezuelanas no Brasil demonstram que a Teoria da Reprodução Social e conceitos da Divisão Sexual do Trabalho, extensamente debatidos por Silvia Federici, Cinzia Arruzza e Tithi Battacharya são intrinsecamente relacionados. A TRS postula sobre as relações de produção e reprodução dentro do capital que, para que possa continuar existindo, precisa de trabalhadores e trabalhadoras aptos a venderem sua mão de obra. Para tanto, essas pessoas precisam de cuidados básicos, como comida, limpeza, organização de suas rotinas, bem como de alguém que cuide daqueles que não conseguem trabalhar, como crianças, idosos e pessoas que possuem algum tipo de doença. A organização das relações de produção dentro do capitalismo culmina na

Divisão Sexual do Trabalho, que historicamente faz com que o mundo dos cuidados recaia sobre corpos femininos da classe trabalhadora, se transformando em um trabalho aparentemente invisível, ou seja, por vezes não é visto como um trabalho, sendo um ato de “amor” das mulheres de uma família ou altamente precarizado quando recebe por ele, com um recorte claro de raça e classe.

Em relação ao mercado de trabalho, as mulheres migrantes frequentemente se encontram em empregos de baixa remuneração e sem proteção trabalhista, como o trabalho doméstico informal. Mesmo aquelas com educação superior muitas vezes são forçadas a trabalhar em áreas não relacionadas aos seus estudos, devido à dificuldade de revalidação de diplomas e à falta de oportunidades qualificadas. Além disso, a responsabilidade pelo cuidado da família recai quase exclusivamente sobre elas, perpetuando a divisão sexual do trabalho e sua marginalização social.

A TRS nos ajuda a entender como essas mulheres são inseridas na dinâmica da reprodução social, onde são exploradas e oprimidas dentro do sistema capitalista. Seus corpos são utilizados como instrumentos de reprodução da força de trabalho, enquanto são submetidas a condições precárias. A luta de classes e as relações vigência das relações do estágio imperialista de poder desempenham um papel central na manutenção dessas relações opressivas, que são naturalizadas e reproduzidas no cotidiano.

Diante da análise das vivências das mulheres migrantes venezuelanas no Brasil à luz da Teoria da Reprodução Social, torna-se imperativo reconhecer a urgência de políticas públicas e migratórias que promovam a ampliação de seus direitos e reforcem sua proteção. Isso implica na abordagem efetiva da xenofobia, do racismo e da exploração de gênero, bem como na implementação de medidas que garantam um acesso equitativo aos serviços essenciais e oportunidades de trabalho dignas. Somente assim será possível enfrentar as desigualdades e injustiças que permeiam a experiência das mulheres migrantes no contexto atual, e estabelecer as bases para uma organização classista das mulheres, inseridas na luta da classe trabalhadora, as quais desempenham um papel crucial como sujeitos históricos no processo de transformação das relações antagônicas entre as forças produtivas e as relações de produção.

4. Referências Bibliográficas

ALVES, Clarissa Cecilia Ferreira. TRABALHO REPRODUTIVO NA ORDEM NEOLIBERAL: Exploração da força de trabalho feminina e cidadania subalterna de migrantes “que interessam”. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**. Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 29-54, 2018.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 39-60, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 13, n. 2, 2023.

BBC. **Crise na Venezuela**: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história. o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CINTRA, Andrea de Mello. **A Importância de Políticas Públicas para mulheres venezuelanas migrantes e/ou em situação de refúgio na cidade de São Paulo**. 2023.128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Mestrado profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Franca.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa**. São Paulo, Ed. Elefante, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2020.

HADDAD, Emma. **The Refugee in International Society: between sovereigns**. New York: Cambridge University Press, 2008. 254 p.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. Refúgio em Números (7ª Edição). **Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves; DE ARAÚJO CASTRO, Mariana. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 26, p. 73-103, 2021.
LEMONS, Patrícia Rocha; RONCATO, Mariana Shinohara. Gênero, raça e migrações internacionais: um debate marxista. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 3, p. 225-239, 2023.

MARX, Karl. **O Capital, volume I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOROKVASIC, Mirjana. Femmes, genre, migration et mobilités. **Revue européenne des migrations internationales**, v. 21, n. 1, p. 7-27, 2005.

SAYAD, Abdelmalek. **The suffering of the immigrant.** John Wiley & Sons, 1999.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres, rumo a uma teoria unitária.** São Paulo, Expressão Popular, 2022.